

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Rio Maria**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Rio Maria (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

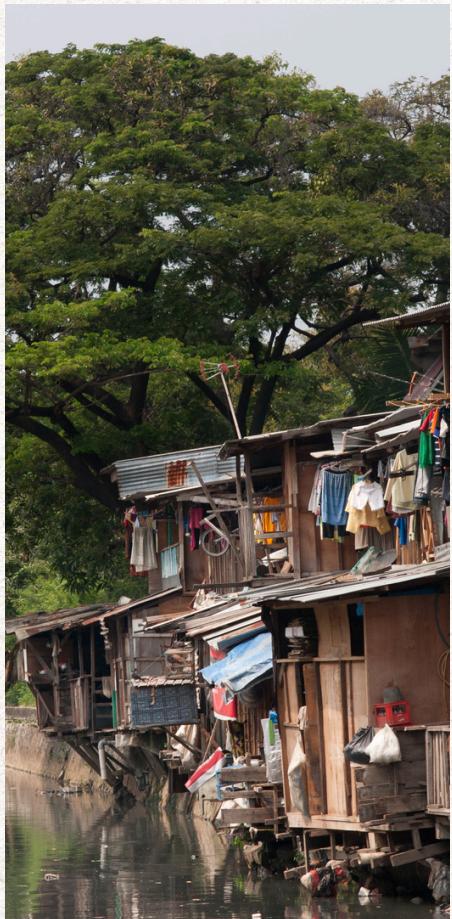


ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza no município de Rio Maria apresentou leve crescimento, saindo de aproximadamente 28,8% em 2019 para cerca de 31,3% em 2021, indicando um aumento moderado da vulnerabilidade social nesse período. Esse padrão foi semelhante ao da Região de Integração (RI) Araguaia, embora essa tenha iniciado com percentual ligeiramente inferior (28,5% em 2019) e mantido certa estabilidade até 2021. Já o estado do Pará, em valores mais elevados, partiu de 41,9% em 2019, oscilou discretamente e permaneceu na

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



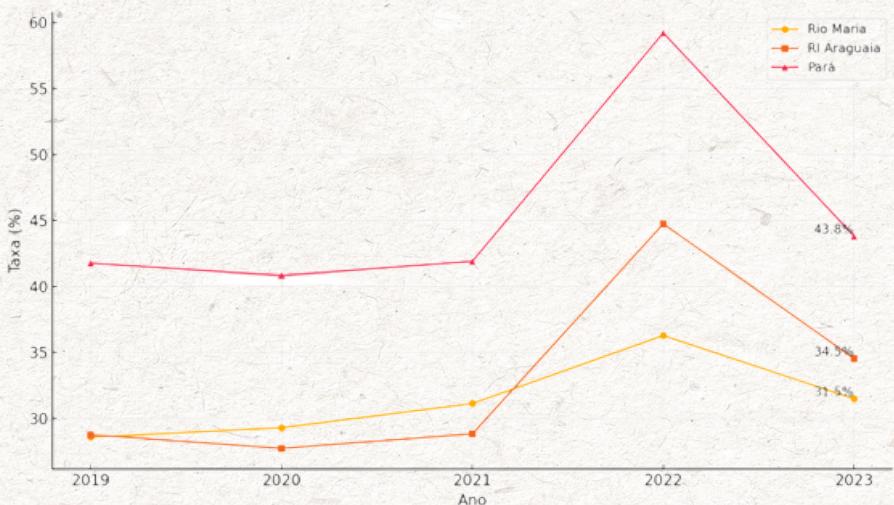
casa dos 42% até 2021 (Gráfico 1).

No ano de 2022, observa-se um aumento abrupto na taxa de pobreza em todas as esferas. Em Rio Maria, o índice saltou para 36,4%, enquanto na RI Araguaia atingiu 44,7%, e no Pará houve um pico expressivo de 59,6%. Esse comportamento sugere um impacto conjuntural relevante, possivelmente relacionado aos efeitos pós-pandemia da COVID-19, com reflexos no mercado de trabalho, inflação e renda das famílias, especialmente nas áreas mais vulneráveis da região Norte (Gráfico 1).



Em 2023, os dados apontam uma reversão parcial dessa tendência de alta, mas sem retorno aos patamares de 2019. Rio Maria reduziu sua taxa para 31,5%, a RI Araguaia caiu para 34,5% e o Pará para 43,8%. Apesar da queda, os níveis ainda permanecem superiores aos iniciais, revelando que os efeitos da crise não foram completamente superados. A diferença entre o município e o estado continua significativa, demonstrando que os territórios mais densamente povoados ou de menor dinamismo econômico foram mais duramente afetados e têm recuperação mais lenta (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Rio Maria mostraram crescimento inicial entre 2019 e 2021, passando de 58,6% para 61%, refletindo um possível esforço do município em priorizar áreas como saúde, educação e assistência social no início da pandemia. Em 2022, no entanto, houve uma queda para 59,3%, sinalizando possível reconfiguração orçamentária ou restrições fiscais, embora o percentual tenha voltado a subir ligeiramente para 59,6% em 2023, ainda abaixo do pico registrado em 2021 (Gráfico 2).

Na RI Araguaia, o indicador iniciou em patamar mais alto (64,5% em 2019), com leve declínio até 2023, quando registrou 61%. Esse movimento contínuo de queda sugere uma possível redução relativa de investimentos em serviços essenciais na região como um todo, o que pode ter consequências sobre a qualidade de vida da população e sobre a capacidade da RI em mitigar impactos de pobreza e vulnerabilidades sociais crescentes (Gráfico 2).

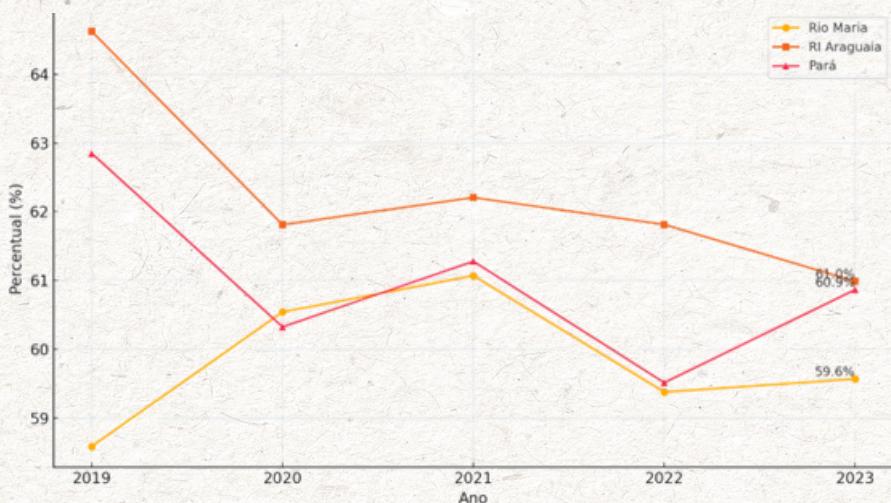
No estado do Pará, a trajetória também foi de queda entre

2019 e 2022, partindo de 62,8% e chegando a 59,4%, com recuperação modesta para 60,9% em 2023. Essa tendência revela uma contração no esforço orçamentário do estado para áreas essenciais ao bem-estar social, coincidindo com o aumento expressivo da taxa de pobreza em 2022. O comportamento conjunto desses indicadores evidencia a correlação entre políticas públicas essenciais e a proteção da população em períodos de crise, especialmente nos territórios mais sensíveis a oscilações econômicas (Gráfico 2).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2020, o município de Rio Maria apresentou um aumento expressivo na taxa de crianças nascidas com baixo peso, saindo de 5,7% para 8,3%, o que pode refletir vulnerabilidades no acesso a cuidados pré-natais e fatores socioeconômicos locais. Essa elevação o colocou, nesse período, acima das médias tanto da Região de Integração Araguaia quanto do estado do Pará, que apresentaram taxas mais estáveis. A RI Araguaia oscilou levemente entre 6,9% e 7,2%, enquanto o Pará manteve-se constante em 7,7% (Gráfico 3).

Nos anos seguintes, Rio Maria continuou com indicadores

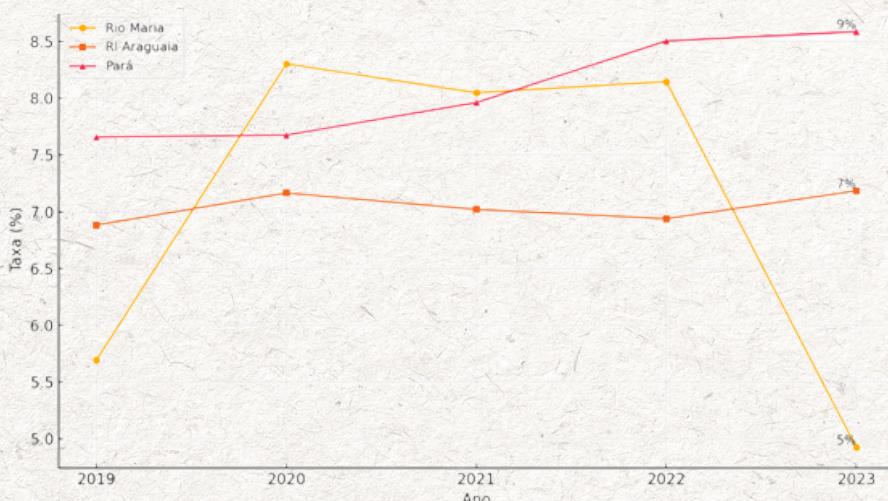
elevados, ainda que com pequenas variações: 8,1% em 2021 e 8,2% em 2022. Em contraste, o estado do Pará teve aumento gradativo, atingindo 8,5% em 2022, possivelmente refletindo um padrão estadual de agravamento de condições de saúde materno-infantil. Já a RI Araguaia manteve estabilidade, flutuando levemente em torno de 7%. Esses dados sugerem que, apesar de oscilações locais, a região como um todo enfrentou dificuldades persistentes no combate à baixa qualidade da saúde neonatal (Gráfico 3).

Em 2023, Rio Maria apresentou uma melhora marcante, reduzindo a taxa para 5%, o

menor valor do período analisado e abaixo da média da RI Araguaia (7%) e do estado (9%). Essa queda pode sinalizar avanços pontuais em políticas de atenção básica, programas nutricionais ou melhorias nos serviços de saúde municipal. No entanto, é necessário verificar a consistência dessa redução nos próximos anos, pois quedas abruptas podem decorrer de variações estatísticas ou limitações no registro de dados (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

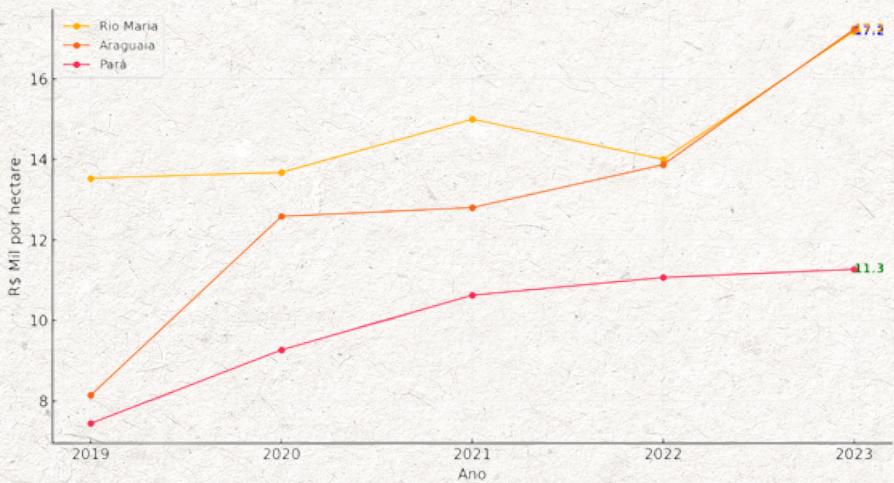
O município de Rio Maria apresentou crescimento contínuo na produtividade agrícola entre 2019 e 2021, saindo de R\$ 13,5 mil por hectare para R\$ 15 mil/hectare, com leve queda em 2022 (R\$ 14 mil) e retomada expressiva em 2023, atingindo R\$ 17,2 mil/hectare. Esse desempenho evidencia o fortalecimento da atividade agrícola local, possivelmente impulsionado por modernização tecnológica, diversificação de culturas e condições climáticas favoráveis. Em todo o período, Rio Maria se manteve acima da média estadual e regional (Gráfico 4).

A Região de Integração Araguaia acompanhou uma trajetória semelhante, com crescimento expressivo de R\$ 8,1 mil/hectare em 2019 para R\$ 17,2 mil em 2023. A equivalência dos valores finais entre Rio Maria e a RI Araguaia sugere que o município é um dos polos produtivos mais relevantes da região, influenciando positivamente a média regional. O crescimento acelerado da produtividade ao longo dos anos indica ganhos significativos de eficiência agrícola em todo o território da RI (Gráfico 4).

No âmbito estadual, o Pará apresentou crescimento mais

apresentou crescimento mais moderado, passando de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. Apesar da evolução constante, os valores permanecem inferiores aos da RI Araguaia e de Rio Maria, sugerindo uma distribuição desigual da produtividade agrícola no estado. Esse cenário reforça a importância estratégica da RI Araguaia e do município de Rio Maria para a produção agropecuária do Pará, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de políticas de fomento produtivo em regiões com menor desempenho (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Rio Maria, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte oscilação ao longo do período analisado. Partindo de 14 por mil nascidos vivos em 2019, o índice caiu de forma significativa até atingir o ponto mais baixo em 2021, com apenas 3 óbitos por mil nascimentos, um número bastante positivo em comparação às demais esferas territoriais. No entanto, em 2022, houve um aumento abrupto para 26, o que pode indicar episódios críticos pontuais, como falhas nos serviços de saúde infantil ou subnotificações em anos anteriores. Em 2023 foram 11 registros. (Gráfico 5).

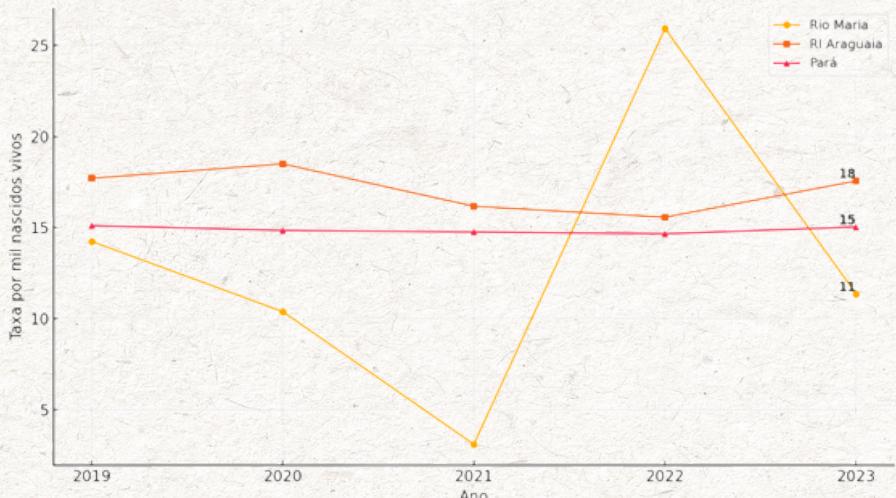
A Região de Integração Araguaia mostrou uma trajetória relativamente estável, iniciando com 17,8 em 2019 e encerrando com 18 em 2023, com oscilações suaves ao longo dos anos. Ainda que mais elevada que a média estadual, a RI manteve maior constância que o município de Rio Maria. A estabilidade regional sugere que, mesmo diante de variações municipais, a região como um todo manteve políticas e estruturas de saúde mais regulares no que se refere ao atendimento neonatal (Gráfico 5).





Já o estado do Pará apresentou uma das séries mais lineares, mantendo-se em torno de 15 óbitos por mil nascidos vivos durante todo o período. Essa constância indica uma média estadual consolidada, ainda que relativamente alta, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes para reduzir a mortalidade infantil. A análise conjunta demonstra que o desempenho municipal está mais sujeito a oscilações pontuais, enquanto as escalas regionais e estaduais tendem a refletir a solidez ou fragilidade sistêmica dos serviços de saúde (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Rio Maria iniciou o período com 4,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019, mas apresentou queda nos dois anos seguintes, atingindo o mínimo de 2,8 entre 2020 e 2021. Essa redução pode estar relacionada à dificuldade de retenção de profissionais de saúde em áreas menores e mais afastadas, além de possíveis impactos da pandemia sobre a alocação de recursos humanos. A partir de 2022, observa-se uma recuperação gradual, culminando em 6 médicos por 10 mil habitantes em 2023 – o maior valor do período para o município, embora ainda in-

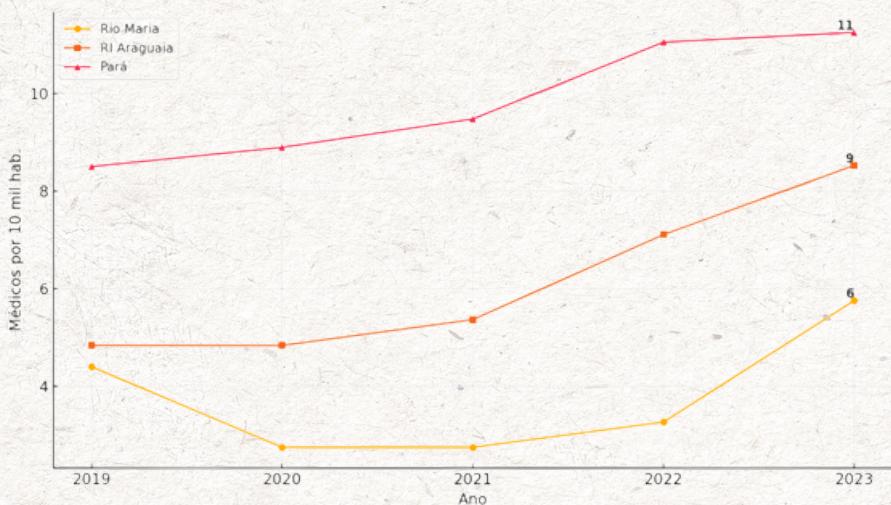
ferior às médias estadual e regional (Gráfico 6).

Na RI Araguaia, o crescimento foi mais constante e progressivo. De 4,9 médicos por 10 mil habitantes em 2019, a região alcançou 9 em 2023, evidenciando um processo contínuo de fortalecimento da rede de atenção médica. Esse comportamento sinaliza maior sucesso em políticas de provimento e fixação de profissionais, especialmente em comparação com os desafios enfrentados por municípios de menor porte como Rio Maria (Gráfico 6).



No estado do Pará, o crescimento também foi consistente, partindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e chegando a 11 em 2023. Esse avanço sugere uma expansão considerável da força de trabalho médica no estado, ainda que possivelmente concentrada em regiões metropolitanas. Em síntese, enquanto o estado e a RI Araguaia demonstram fortalecimento progressivo na cobertura médica, Rio Maria ainda enfrenta desafios estruturais, apesar das melhorias mais recentes (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Rio Maria apresentou tendência de queda no número de vagas no ensino público por mil habitantes ao longo do período analisado. Em 2019, o índice era de 208, valor próximo ao do estado e superior ao da Região de Integração (RI) Araguaia. No entanto, essa taxa foi decrescendo de forma contínua, chegando a 173 vagas por mil habitantes em 2023. Essa retração pode refletir redução de investimentos, fechamento de turmas ou mudanças demográficas que diminuíram a demanda ou a oferta educacional local (Gráfico 7).

A RI Araguaia iniciou o período com valores mais baixos, em torno de 172 vagas por mil habitantes em 2019,

mantendo certa estabilidade até 2021. Em 2022, observou-se um salto significativo para 215, possivelmente devido à ampliação emergencial da oferta após a fase crítica da pandemia, embora esse valor tenha caído novamente para 200 em 2023. Apesar dessa recuperação parcial, a tendência revela volatilidade no planejamento da rede de ensino regional (Gráfico 7).

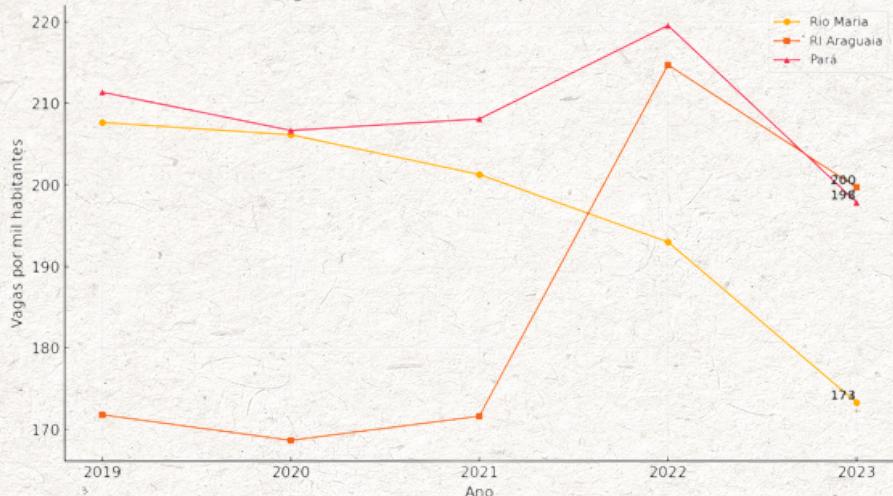
O estado do Pará teve comportamento mais estável nos primeiros anos, com valores entre 206 e 208 até 2021. Em 2022, houve elevação para 219, seguida de queda para 198 em 2023. Essa oscilação sugere que, mesmo com esforços para expandir a capacidade durante o período pós-pandêmico, a manu-



tenção desse nível de oferta não se sustentou. Em síntese, embora o estado e a RI Araguaia apresentem números superiores aos de Rio Maria, todos os níveis registraram perda de capacidade no último ano, o que pode comprometer o atendimento pleno à população estudantil (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 173 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Rio Maria, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou trajetória ascendente, com leve recuo em 2020, mas retomada consistente a partir de 2021. O município iniciou com 84,6% das escolas conectadas em 2019, caiu para 78,5% em 2020, e alcançou 93,3% em 2023, o que representa um dos melhores desempenhos entre os níveis analisados. Esse avanço é relevante no contexto de transformação digital da educação, especialmente após os desafios impostos pela pandemia (Gráfico 8).

A RI Araguaia também apre-

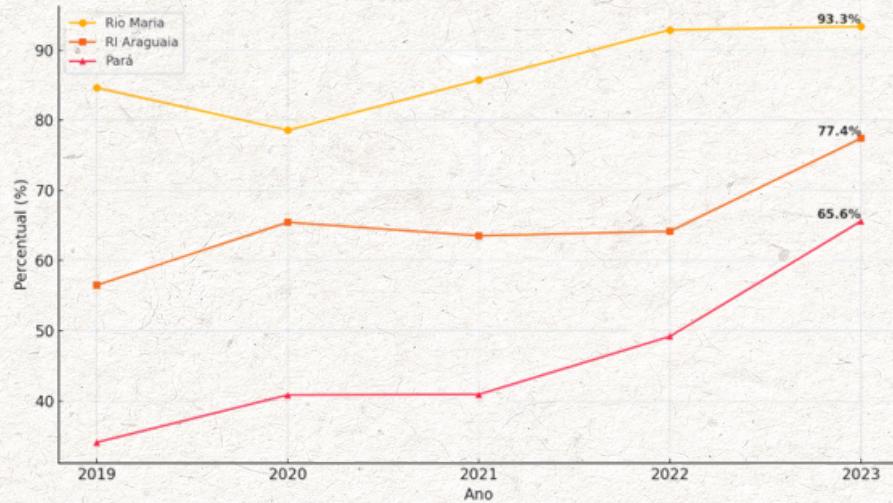
sentou melhora significativa ao longo do período, partindo de 56,8% em 2019 para 77,4% em 2023. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2022 e 2023, sinalizando provável intensificação de investimentos ou programas voltados à infraestrutura tecnológica nas escolas da região. Ainda assim, o percentual se mantém inferior ao de Rio Maria, indicando que o município pode estar em posição mais vantajosa no que tange à conectividade educacional (Gráfico 8).

No estado do Pará, o avanço foi ainda mais notório em ter-

mos relativos, partindo de um patamar bastante baixo — apenas 33,9% das escolas com internet em 2019 — e chegando a 65,6% em 2023. Apesar da melhoria, o estado ainda apresenta defasagem em relação aos outros dois níveis, revelando desigualdades internas e a necessidade de ampliar a conectividade escolar, sobretudo nas áreas rurais e mais remotas. Os dados reforçam a importância de políticas públicas continuadas para garantir equidade digital no ambiente educacional (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



No município de Rio Maria, os registros de violência contra a mulher por parceiros permaneceram em patamares extremamente baixos ao longo do período, variando entre 0 e 2 casos por 100 mil mulheres, em 2023 foi 1 registro. Essa baixa incidência pode refletir realidades locais de menor notificação ou subdimensionamento do problema, considerando que a violência de gênero costuma ter índices historicamente subnotificados, sobretudo em áreas com menos acesso a canais formais de denúncia e apoio (Gráfico 9).

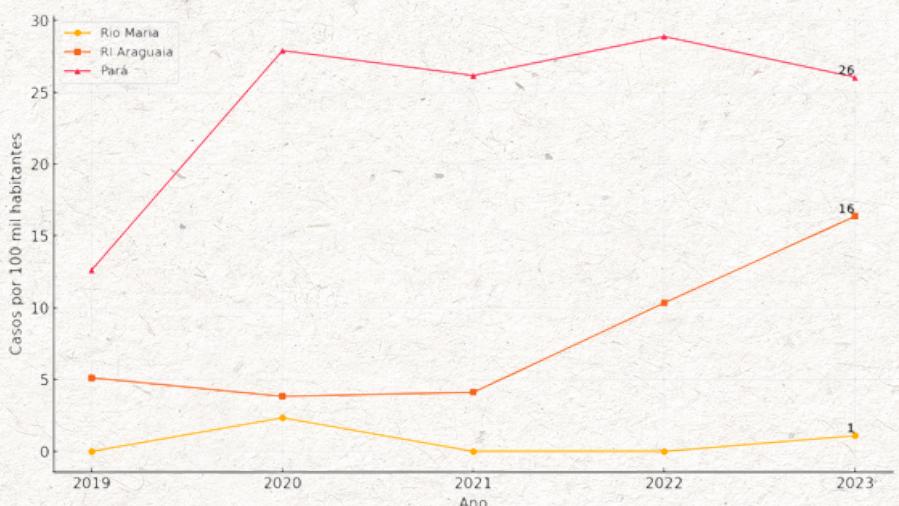


Em contraste, a Região de Integração Araguaia apresentou crescimento consistente no número de casos. Em 2019, o índice era de 5 casos por 100 mil mulheres, chegando a 16 em 2023. Essa elevação contínua ao longo dos anos pode indicar tanto um agravamento da situação quanto a ampliação da rede de apoio e visibilidade das denúncias, especialmente em meio a campanhas institucionais e mecanismos de proteção mais estruturados (Gráfico 9).

Já o estado do Pará iniciou com 12,6 ca-

sos em 2019, saltando para 28 em 2020 e mantendo níveis elevados nos anos seguintes, com uma leve queda para 26 em 2023. Esses números refletem uma realidade preocupante de violência doméstica no estado, que, mesmo com avanços em políticas públicas de enfrentamento, ainda apresenta altos índices de agressões por parceiros. A persistência de tais níveis evidencia a urgência da consolidação de ações preventivas e de suporte às vítimas, principalmente nas regiões interioranas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

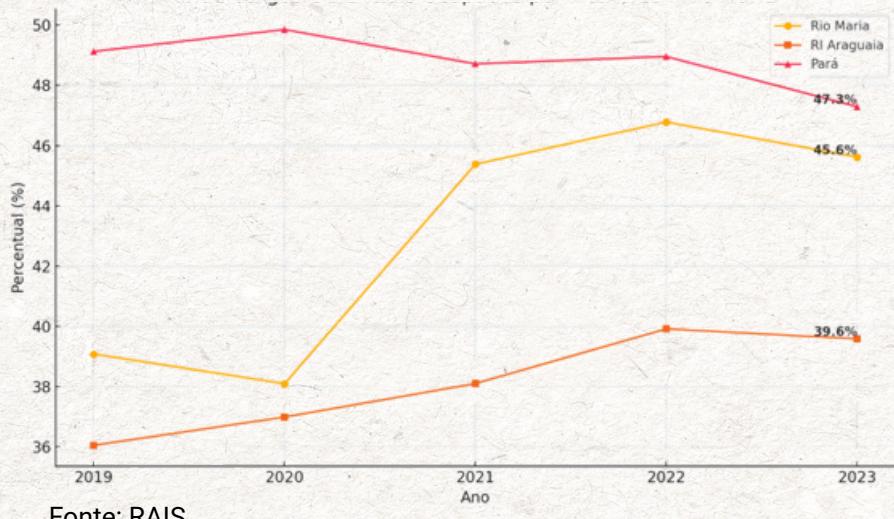
Em Rio Maria, o percentual de mulheres em cargos gerenciais passou por importante avanço nos últimos anos. Apesar de iniciar com 39% em 2019 e apresentar leve queda em 2020 (38,1%), o índice subiu expressivamente para 45,4% em 2021, atingindo seu pico de 46,9% em 2022. Em 2023, houve pequena retração para 45,6%, mas ainda assim o município encerra o período com um nível elevado de representatividade feminina em posições de liderança, sinalizando progresso em termos de equidade de gênero no mercado de trabalho local (Gráfico 10).



Na RI Araguaia, o indicador também evoluiu positivamente, embora com menor intensidade. Saiu de 36% em 2019 para 39,6% em 2023, apresentando crescimento contínuo até 2022, quando chegou a 39,9%. A variação ao longo dos anos foi suave, o que pode indicar um movimento gradual de inclusão feminina em postos gerenciais, ainda que em ritmo mais lento que o de Rio Maria. Mesmo com esse crescimento, a região permanece abaixo dos percentuais observados no estado e no município analisado (Gráfico 10).

O estado do Pará, por sua vez, manteve ao longo dos cinco anos uma posição de destaque em termos de igualdade de gênero em cargos de liderança. Partindo de 49% em 2020, com picos de 49,8% e uma leve oscilação nos anos seguintes, finalizou 2023 com 47,3%, o que ainda representa um dos maiores percentuais entre as esferas analisadas. Esse cenário demonstra um avanço consolidado na participação feminina em espaços de decisão, embora o recuo recente aponte a necessidade de manter políticas que garantam a sustentabilidade desses ganhos (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

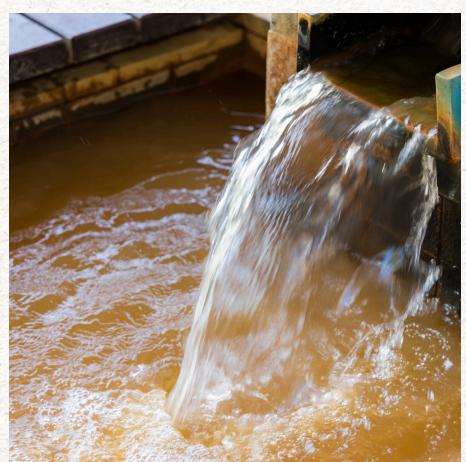
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Rio Maria apresentou percentuais extremamente baixos de cobertura de coleta de esgoto entre a população de baixa renda ao longo do período de 2019 a 2023. Iniciando com 0,4% em 2019, esse número se manteve praticamente inalterado, com variações mínimas e sem alcançar sequer 1% em nenhum dos anos analisados. Esse dado revela uma significativa exclusão dos grupos mais vulneráveis no acesso a serviços básicos de saneamento, o que compromete a saúde pública e a qualidade de vida local (Gráfico 11).

Na Região de Integração Araguaia, os percentuais são ligeiramente superiores, mas ainda muito baixos. Com valores entre 1,6% e 1,8%, houve leve crescimento entre 2021 e 2022, com uma pequena retração em 2023 para 1,7%. Embora marginalmente melhores do que os de Rio Maria, esses números ainda refletem um quadro estrutural de baixa cobertura de esgoto entre os mais pobres na região, apontando para uma carência his-

tórica de investimentos em infraestrutura básica (Gráfico 11).

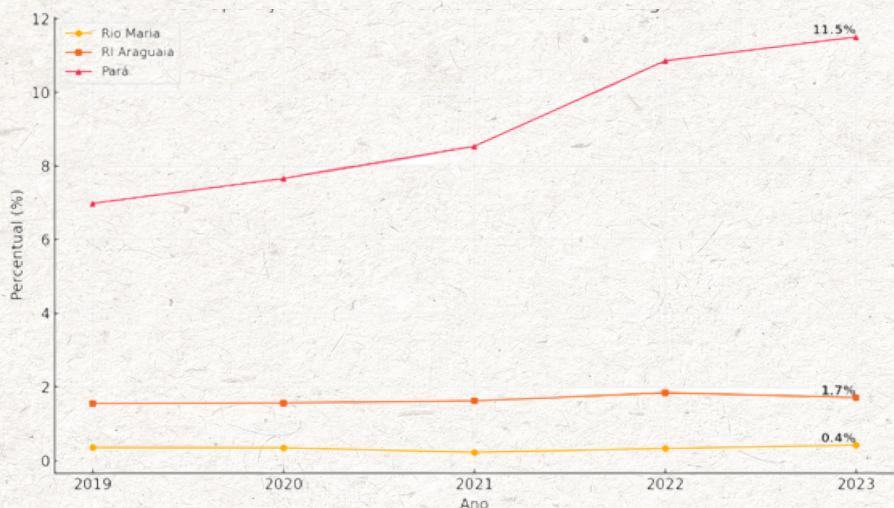
Já o estado do Pará apresentou um cenário mais promissor, com crescimento progressivo no percentual de cobertura ao longo dos anos. Em 2019, 7% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto, e esse número subiu continuamente, chegando a 11,5% em 2023. Apesar de ainda estar longe da universalização, o avanço indica



que políticas públicas estaduais podem estar surtindo efeito, embora ainda haja um longo caminho para alcançar níveis adequados, especialmente nos municípios e regiões mais periféricas (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Rio Maria, os gastos públicos per capita com saneamento básico foram praticamente inexistentes entre 2019 e 2022, registrando valores próximos de zero durante quatro anos consecutivos. Sómente em 2023 houve um leve aumento, com gasto per capita de R\$ 4, o que, embora represente uma melhora em relação aos anos anteriores, ainda é um valor extremamente baixo diante da magnitude das necessidades de infraestrutura de saneamento no município (Gráfico 12).

Na Região de Integração Araguaia, os gastos per capita apresentaram oscilações mais significativas. O valor partiu de R\$ 27 em 2019, subiu para R\$ 31 em 2020, sofreu uma queda para R\$ 19 em 2021, mas

voltou a subir para R\$ 34 em 2022 e chegou a R\$ 50 em 2023.

Essa trajetória indica certo esforço regional em retomar e ampliar os investimentos no setor após a instabilidade da pandemia, embora a evolução ainda seja insuficiente para provocar mudanças estruturais no indicador de cobertura de esgoto para a população de baixa renda (Gráfico 12).

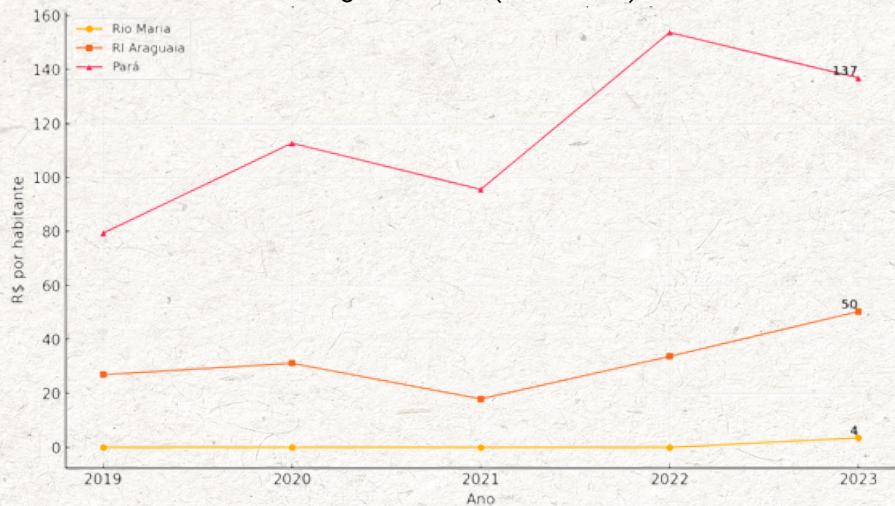
O estado do Pará, por sua vez, demonstrou um padrão de investimento mais robusto e estável. Os gastos per capita saltaram de R\$ 80 em 2019 para R\$ 113 em 2020, atingindo o pico de R\$ 154 em 2022, e caindo levemente para R\$ 137 em 2023. Esses valores reforçam a priorização do saneamento na agenda

estadual, o que ajuda a explicar os avanços na cobertura de esgoto identificados no outro indicador. No entanto, a descentralização eficaz dos recursos e o fortalecimento da capacidade de gestão municipal continuam sendo desafios-chave para garantir impactos mais amplos e equitativos (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Rio Maria, o consumo per capita de energia elétrica apresentou crescimento constante ao longo do período analisado. Em 2019, o consumo era de aproximadamente 1.506 kWh/hab. e subiu gradualmente até atingir 2.107 kWh/hab. em 2023. Esse aumento expressivo pode estar relacionado tanto ao crescimento econômico local quanto à expansão da infraestrutura elétrica e de eletrônicos nos domicílios, indicando maior acesso à energia e melhorias nas condições de vida da população (Gráfico 13).

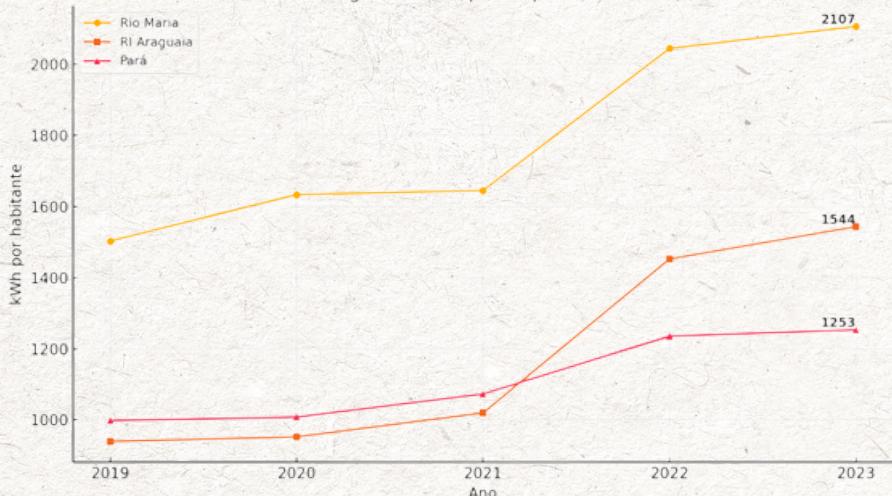


Na Região de Integração Araguaia, a evolução foi ainda mais acentuada. O consumo saltou de cerca de 935 kWh/hab. em 2019 para 1.544 kWh/hab. em 2023, com destaque para a forte elevação entre 2021 e 2022. Esse comportamento aponta para um processo de expansão do uso de energia que pode estar vinculado a políticas públicas de eletrificação, à urbanização ou ao fortalecimento de atividades econômicas na região, como a agroindústria e o comércio (Gráfico 13).

O estado do Pará também registrou crescimento, embora em ritmo mais moderado

Partindo de cerca de 994 kWh/hab. em 2019, atingiu 1.253 kWh/hab. em 2023. Apesar do crescimento constante, o nível de consumo ainda permanece abaixo dos verificados em Rio Maria e na RI Araguaia, o que pode refletir desigualdades de acesso entre diferentes regiões do estado, especialmente em áreas rurais e comunidades isoladas. Ainda assim, o aumento gradual indica progresso na universalização do serviço de energia elétrica no estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2.107 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O município de Rio Maria demonstrou forte redução no percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam fontes fósseis para iluminação, como lamparinas ou querosene. Em 2019, 4,1% desses domicílios utilizavam iluminação fóssil, percentual que caiu progressivamente até chegar a apenas 1,4% em 2023. Essa tendência positiva indica avanços relevantes na inclusão energética da população mais vulnerável, possivelmente por meio de programas de extensão de redes elétricas ou incentivos ao acesso à energia regular (Gráfico 14).

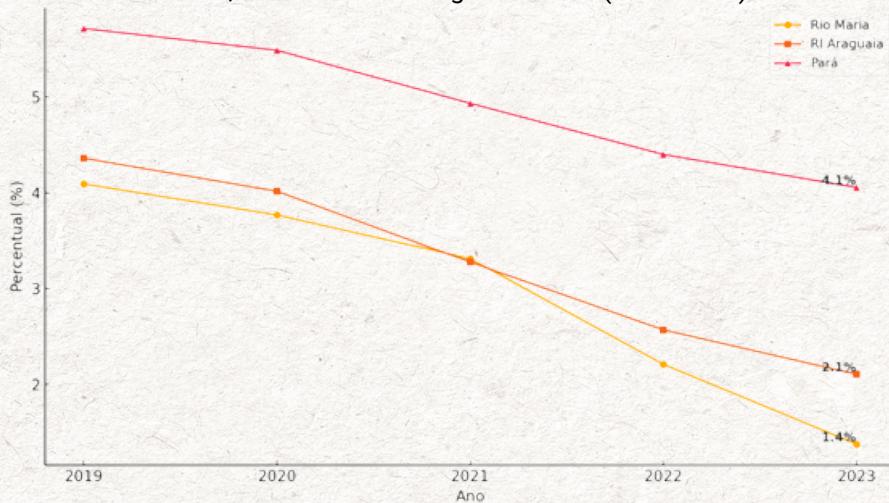


Na RI Araguaia, o comportamento foi semelhante, mas com percentuais um pouco superior ao de Rio Maria ao longo de todo o período. Partindo de 4,4% em 2019, a taxa caiu para 2,1% em 2023. Esse decréscimo contínuo reflete uma melhoria regional no fornecimento de energia elétrica e, especialmente, nos esforços para reduzir desigualdades energéticas entre a população de baixa renda, contribuindo para a dignidade e segurança doméstica das famílias atendidas (Gráfico 14).

O estado do Pará também apresentou redução, embora te-

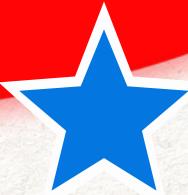
nha mantido os maiores percentuais entre os três níveis analisados. A taxa caiu de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, um progresso ainda tímido diante dos desafios do território estadual, que inclui amplas áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso. A permanência de níveis relativamente altos de domicílios com iluminação fóssil indica a necessidade de maior investimento em infraestrutura energética e políticas específicas voltadas à universalização do acesso à energia elétrica em comunidades mais isoladas (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

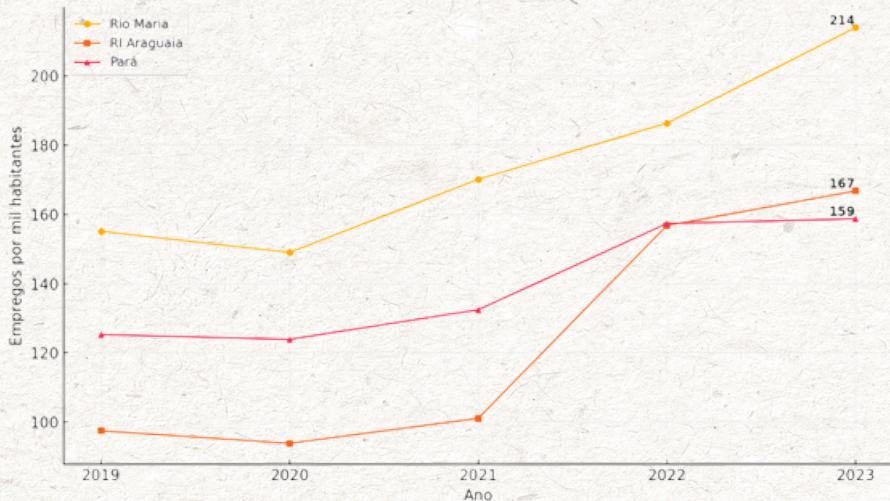
Entre 2019 e 2023, o município de Rio Maria apresentou um crescimento expressivo e contínuo no número de empregos formais por mil habitantes, saindo de 155 para 214. Após uma leve queda em 2020, possivelmente relacionada aos efeitos iniciais da pandemia da COVID-19, o município passou a registrar aumentos consistentes nos anos seguintes. Esse desempenho evidencia uma recuperação vigorosa e até mesmo uma expansão da formalização no mercado de trabalho local, o que pode estar associado à dinâmica do setor agropecuário e à reativação de atividades econômicas no período pós-pandêmico (Gráfico 15).

A Região de Integração Araguaia seguiu tendência semelhante, embora com números absolutos mais baixos. O indicador partiu de 97 empregos formais por mil habitantes em 2019, caiu em 2020, mas avançou significativamente nos anos seguintes, especialmente entre 2021 e 2022, alcançando 167 em 2023. A forte alta recente demonstra que a região como um todo tem se beneficiado de investimentos produtivos e políticas de estímulo à formalização, ainda que partindo de uma base historicamente mais frágil (Gráfico 15).



No estado do Pará, a trajetória também foi de crescimento, porém mais moderada. O indicador passou de 126 empregos por mil habitantes em 2019 para 159 em 2023, com uma elevação mais acentuada entre 2021 e 2022. Ainda que tenha apresentado melhora, o desempenho estadual ficou aquém dos avanços registrados tanto em Rio Maria quanto na RI Araguaia, sugerindo que os ganhos mais robustos de formalização estão concentrados em municípios e regiões com maior dinamismo econômico, enquanto outras partes do estado ainda enfrentam desafios estruturais no mercado de trabalho formal (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 214 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita



A Região de Integração Araguaia, que iniciou com valores inferiores, também apresentou trajetória ascendente expressiva, passando de R\$ 16.700 em 2018 para R\$ 31.830 em 2022. O salto mais significativo ocorreu entre 2020 e 2022,

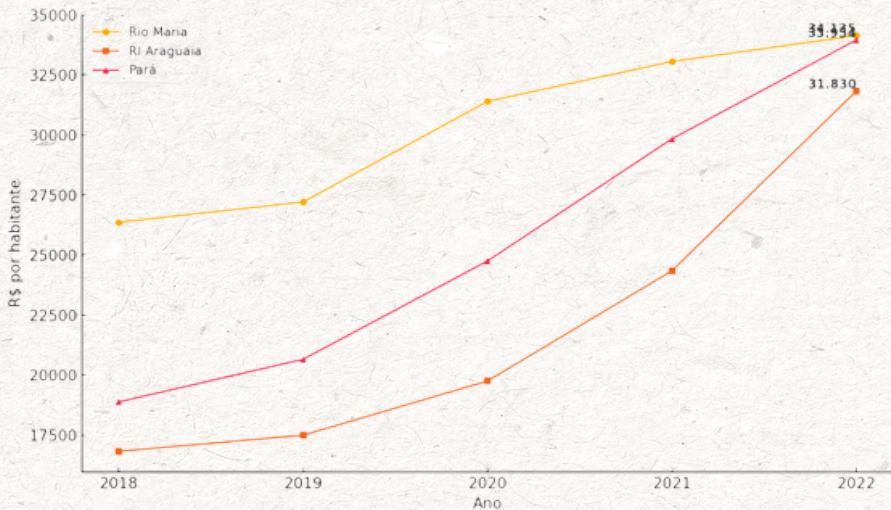
quando a região mais que compensou os efeitos da pandemia sobre a economia. Esse comportamento indica uma reativação econômica vigorosa, refletindo investimentos regionais e o fortalecimento da cadeia produtiva, que tem contribuído para a elevação dos padrões de renda regional (Gráfico 16).

No estado do Pará, o PIB per capita evoluiu de forma contínua e sólida, saindo de cerca de R\$ 18.900 em 2018 e atingindo R\$ 34.124 em 2022, igualando-se praticamente ao valor de Rio Maria. O cresci-



mento estadual foi mais linear, com destaque para a forte elevação entre 2020 e 2021. Esses dados revelam a crescente participação do Pará na economia nacional, impulsionada principalmente pela indústria extractiva mineral e atividades de exportação, o que tem ampliado a média de renda estadual, embora com desigualdades territoriais ainda relevantes (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 34.135/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



No município de Rio Maria, o valor adicionado da indústria como proporção do PIB manteve-se em trajetória levemente crescente. O índice partiu de 17,9% em 2018, teve uma leve oscilação para baixo em 2019, mas retomou o crescimento nos anos seguintes, atingindo 20,9% em 2022. Esse avanço modesto sugere uma industrialização gradual, possivelmente relacionada a atividades agroindustriais e de transformação de produtos primários, que vêm ganhando peso na economia local (Gráfico 17).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi semelhante, com o indicador passando de 13,9% em 2018 para 18,6% em 2022. Esse comportamento revela um fortalecimento progressivo do setor industrial regional, ainda que em patamar inferior ao de Rio Maria. A expansão pode estar vinculada ao desenvolvimento de polos industriais voltados ao agronegócio, logística e manufatura leve, o que amplia a resiliência econômica da região (Gráfico 17).

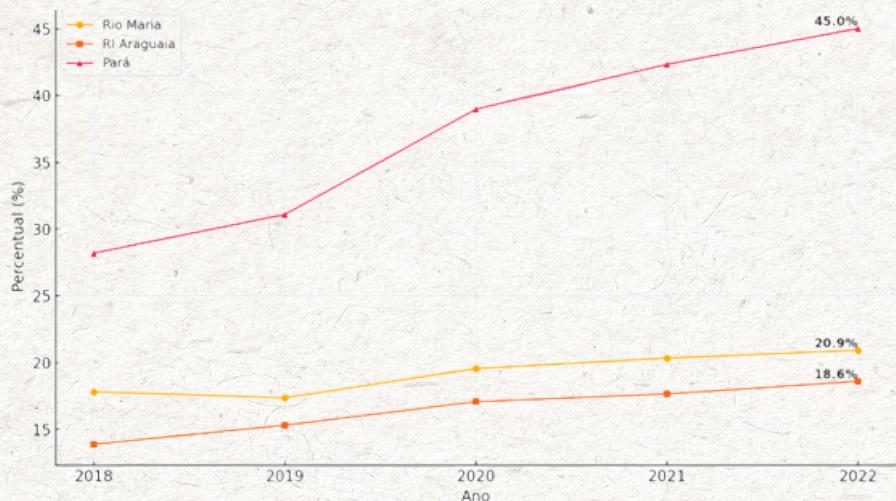
Já no estado do Pará, o valor adicionado da indústria como

proporção do PIB cresceu de forma significativa, passando de 28,2% em 2018 para 45% em 2022. Esse salto reflete o peso crescente da indústria extrativa mineral no estado, especialmente com a intensificação da produção de minério de ferro, cobre e bauxita. O avanço demonstra a centralidade do setor industrial na economia paraense, mas também reforça a dependência de commodities exportáveis, o que pode gerar vulnerabilidades em contextos de oscilação nos preços internacionais (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2018-2022)

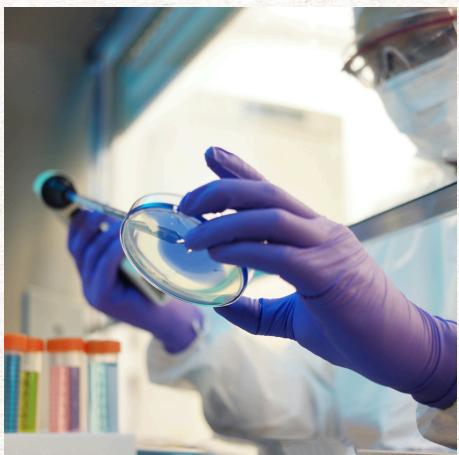


Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Rio Maria apresentou um crescimento moderado, porém significativo, na densidade de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador, que iniciou em 11,2 em 2019, manteve certa estabilidade até 2022, quando passou a registrar avanço mais expressivo, atingindo 16 em 2023.



Essa evolução aponta para um possível fortalecimento da base científica local, com maior presença de profissionais vinculados a atividades como pesquisa, tecnologia, inovação e ensino superior, embora ainda em patamar inferior ao estadual (Gráfico 18).

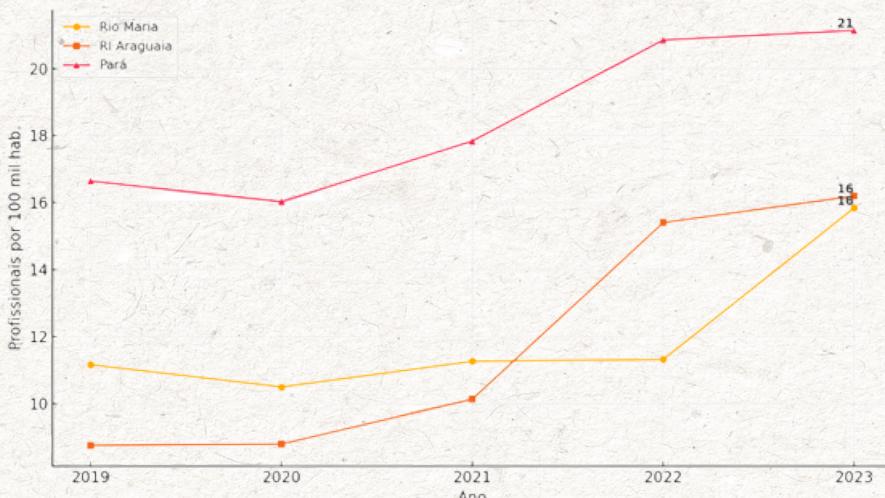
Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi mais acelerado a partir de 2021, saindo de 10,2 naquele ano para 16,0 em 2023. A elevação foi particularmente marcante entre 2021 e 2022, refletindo prováveis investimentos ou expansão de instituições educacionais, centros de pesquisa ou iniciativas de ciência e tecnologia na região. Esse avanço coloca a RI em posição de destaque no comparativo regional, empatando com o município em 2023, mas apresentando trajetória de crescimento mais acelerada nos anos recentes (Gráfico 18).





O estado do Pará, por sua vez, manteve liderança durante todo o período, com um salto de 16,7 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019 para 21,0 em 2023. O crescimento foi consistente, sobretudo a partir de 2021, o que pode estar relacionado ao fortalecimento de universidades públicas, polos tecnológicos e centros de pesquisa vinculados às áreas estratégicas para o estado, como recursos naturais, biodiversidade e energia. Esse desempenho demonstra uma tendência de valorização crescente da ciência no Pará, embora o desafio de interiorizar essa presença científica ainda permaneça relevante (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

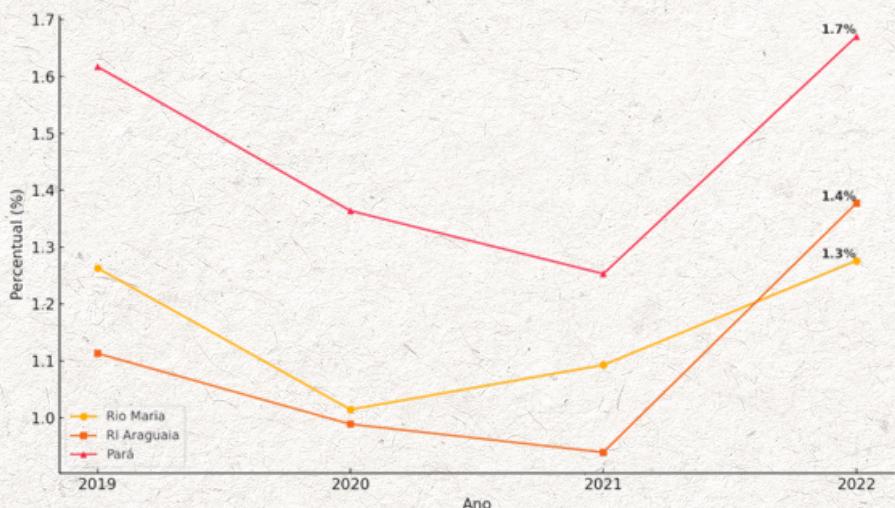
Entre 2019 e 2022, o município de Rio Maria apresentou um comportamento oscilante no indicador de massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB. O percentual inicial, de 1,26% em 2019, caiu para 1,01% em 2020, em um reflexo provável dos impactos da pandemia sobre o mercado formal de trabalho. A partir de 2021, iniciou-se uma recuperação gradual, com o índice subindo para 1,09% e alcançando 1,30% em 2022, demonstrando retomada na geração de empregos formais e/ou valorização salarial em relação ao crescimento econômico local (Gráfico 19).

Na Região de Integração Araguaia, a trajetória foi semelhante, mas com uma inflexão mais expressiva entre 2021 e 2022. O percentual caiu de 1,11% em 2019 para 0,94% em 2021, menor valor do período, mas subiu acentuadamente para 1,4% em 2022. Esse salto sugere uma recuperação mais intensa do mercado formal na região, possivelmente impulsionada por setores com forte presença de empregos formais, como agroindústria, logística ou mineração, que podem ter se expandido no contexto pós-pandêmico (Gráfico 19).

O estado do Pará, por sua vez, manteve o maior percen-

tual em todos os anos analisados, apesar de também ter enfrentado queda entre 2019 (1,62%) e 2021 (1,25%). A recuperação foi notável em 2022, quando o índice atingiu 1,70%, o mais alto do período. Esse resultado indica uma relação crescente entre a massa salarial formal e o produto estadual, sugerindo tanto a expansão do emprego com carteira assinada quanto o aumento da remuneração média no estado, em linha com a recuperação econômica e com a valorização de setores estratégicos da economia paraense (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Rio Maria apresentou estabilidade no indicador de acesso à telefonia móvel, com pequenas variações ao longo do período. Em 2019, o número de linhas móveis era de 82,9 por 100 habitantes, subindo para 88,5 em 2021 e estabilizando-se em 84 a partir de 2022. Apesar do leve recuo nos dois últimos anos, os níveis permaneceram elevados, evidenciando ampla penetração do serviço no município, o que é indicativo de boa cobertura e acessibilidade às redes móveis entre os residentes (Gráfico 20).

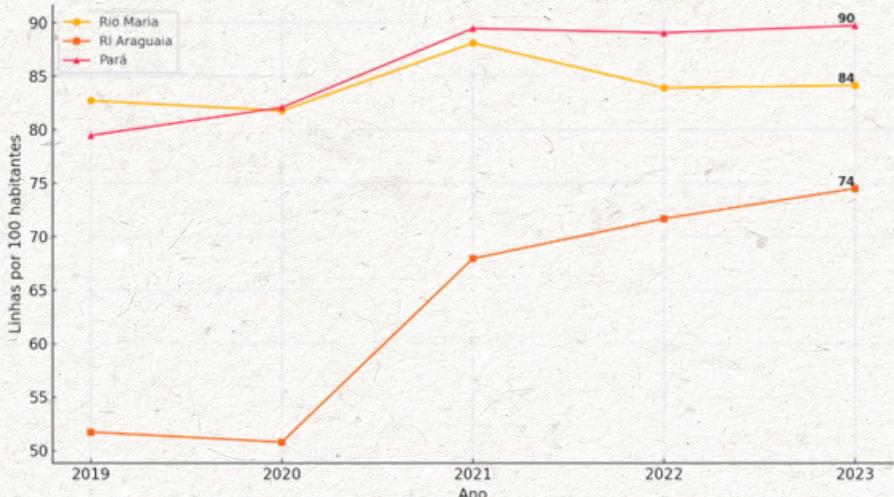
Na Região de Integração Araguaia, observou-se um crescimento mais acentuado, partindo de 51,4 linhas por 100 habitantes em 2019 e chegando a 74 em 2023. Esse aumento de mais de 40% no período reflete um avanço significativo na infraestrutura de telecomunicações regional, possivelmente favorecido por políticas de inclusão digital ou expansão de sinal em áreas antes com baixa cobertura. Apesar disso, a RI ainda mantém o menor acesso entre os três níveis analisados, revelando persistente desigualdade territorial (Gráfico 20).





O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento contínuo, com o indicador subindo de 79,6 em 2019 para 90 em 2023. Esse desempenho mostra que o estado vem ampliando gradualmente o acesso à telefonia móvel, aproximando-se de níveis de cobertura universais. A convergência entre os três níveis territoriais, sobretudo a partir de 2021, sugere avanços significativos na democratização do acesso às tecnologias móveis, embora ainda haja espaço para melhorias nas regiões mais afastadas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Rio Maria apresentou crescimento expressivo na despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental entre 2019 e 2022, passando de R\$ 84 para R\$ 212 por habitante. Esse crescimento reflete provável priorização orçamentária dessas áreas, com possível expansão de políticas culturais, preservação ambiental e ações socioeducativas. Em 2023, houve recuo para R\$ 175, embora o valor ainda seja elevado em comparação com os demais entes analisados, indicando compromisso relativo com esses setores (Gráfico 21).

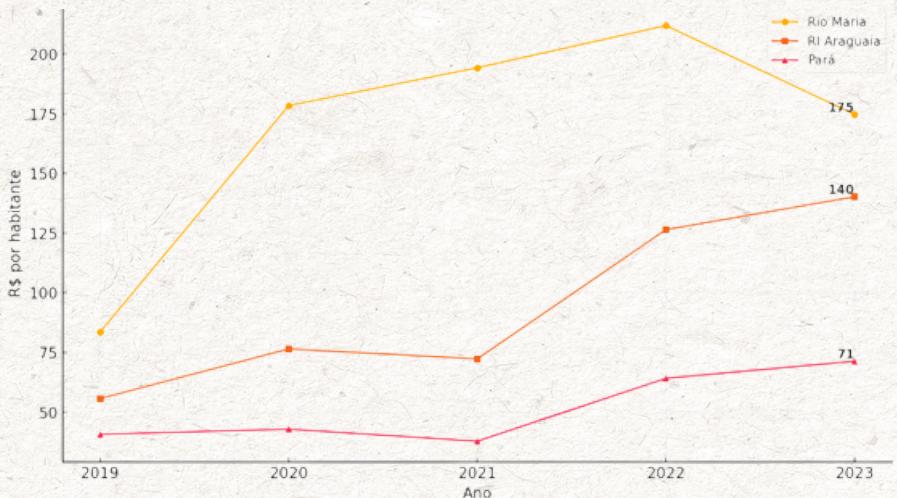
A Região de Integração Araguaia teve trajetória semelhante, embora em menor intensidade. O indicador partiu de R\$ 56 em 2019, cresceu de forma mais contida até 2021, mas teve forte elevação entre 2021 e 2023, chegando a R\$ 140. Esse comportamento demonstra que os municípios da região vêm ampliando gradualmente os investimentos nessas áreas, o que pode estar relacionado à maior sensibilização ambiental e à valorização da cultura regional, ainda que de forma desigual (Gráfico 21).

No estado do Pará, a evolução foi mais tímida, com valores que se mantiveram baixos durante a maior parte do período. Em 2019, a despesa era de R\$ 40, subindo para apenas R\$ 71 em 2023, mesmo com uma leve queda em 2021. Esse desempenho revela que, em termos proporcionais, o estado ainda investe pouco por habitante nessas áreas, possivelmente em função da concentração de recursos em setores como infraestrutura e saúde. Ainda assim, o crescimento recente pode sinalizar uma mudança de direção nas prioridades orçamentárias estaduais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 175/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



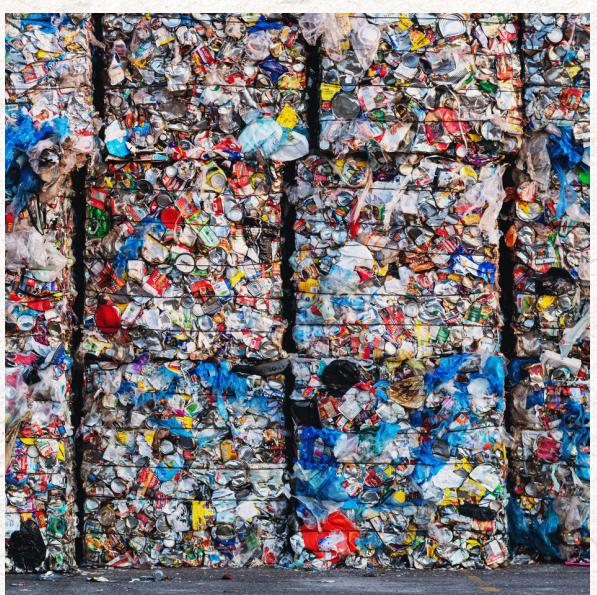
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





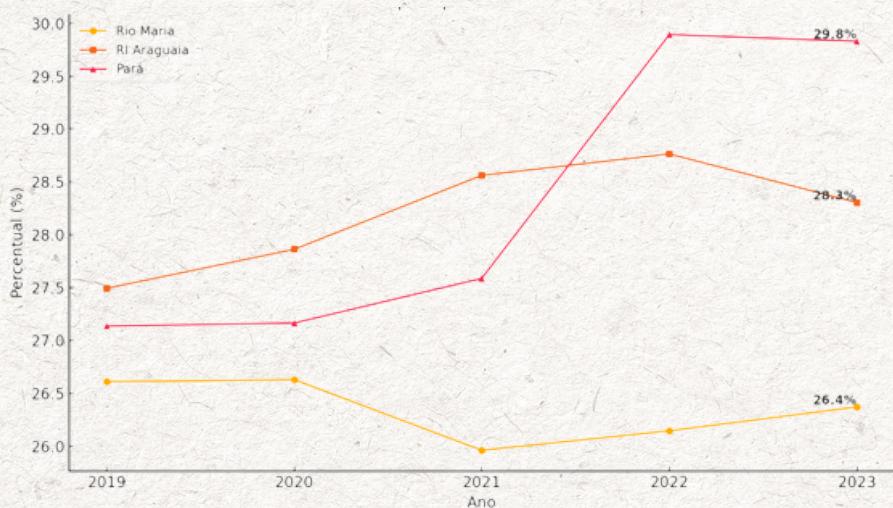
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Rio Maria, o percentual da população de baixa renda que queima ou enterra lixo manteve-se relativamente estável no período analisado, variando entre 26,0% em 2021 e 26,6% em 2019 e 2020, encerrando 2023 em 26,4%. Esses números demonstram a persistência de práticas informais e ambientalmente inadequadas de descarte de resíduos entre os segmentos mais vulneráveis, indicando ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas à universalização da coleta domiciliar regular nessa faixa populacional (Gráfico 22).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento do indicador foi de crescimento até 2022, partindo de 27,5% em 2019 e atingindo 28,7% em 2022, antes de recuar levemente para 28,3% em 2023. Isso sugere uma piora relativa nas condições de saneamento e manejo de resíduos sólidos para a população de baixa renda, o que pode estar relacionado a pressões urbanas, falta de cobertura adequada por serviços públicos e dificuldade de acesso a políticas estruturantes em parte dos municípios da região (Gráfico 22).

O estado do Pará apresentou a maior elevação percentual no indicador, saltando de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023, com crescimento acen-tuado entre 2021 e 2022. Esse cenário evidencia que, em nível estadual, houve uma ampliação da dependência de métodos precários de descarte entre os mais pobres, o que pode refletir tanto a expansão de áreas urbanas informais quanto a insuficiência de investimentos em infraestrutura sanitária em áreas periféricas. O dado reforça a necessidade de políticas ambientais integradas com enfoque na inclusão social (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

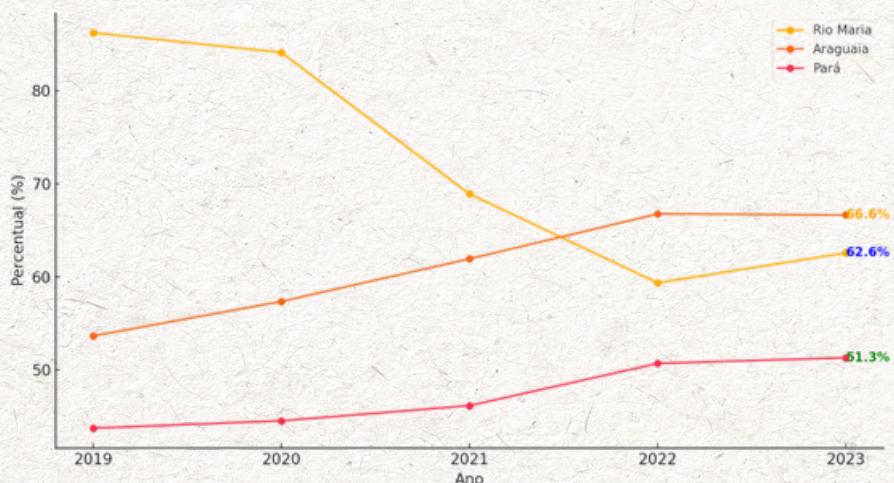
O município de Rio Maria iniciou o período com um dos percentuais mais altos de uso de fossa rudimentar entre a população de baixa renda, com 86,2% em 2019. Houve uma redução significativa em 2021, chegando a 68,8%, e queda ainda mais acentuada em 2022, quando o Índice atingiu 59,2%. No entanto, o indicador voltou a subir em 2023, chegando a 62,6%. Apesar da melhora em relação ao início do período, o uso predominante de fossas rudimentares ainda evidencia uma infraestrutura sanitária precária e de baixa cobertura de esgotamento adequado nessa faixa populacional (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador cresceu de forma constante de 2019 a 2022, partindo de 53,6% e atingindo 66,6%, mantendo esse valor em 2023. A elevação sugere que, na média dos municípios da região, houve uma expansão da utilização de soluções individuais precárias em detrimento de sistemas de esgotamento convencionais. Esse cenário pode ser reflexo de políticas urbanas insuficientes, da expansão urbana desordenada ou da ausência de redes de saneamento em áreas de maior vulnerabilidade (Gráfico 23).

O estado do Pará, embora tenha mantido os menores per-

centuais ao longo do período entre os três níveis analisados, também apresentou tendência de crescimento, passando de 43,4% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse aumento sinaliza um retrocesso na universalização do saneamento básico entre a população mais pobre, revelando que, mesmo em nível estadual, os avanços na área não têm beneficiado de forma equitativa os grupos socialmente mais vulneráveis. O dado reforça a urgência de políticas estruturais de saneamento voltadas à equidade territorial e social (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



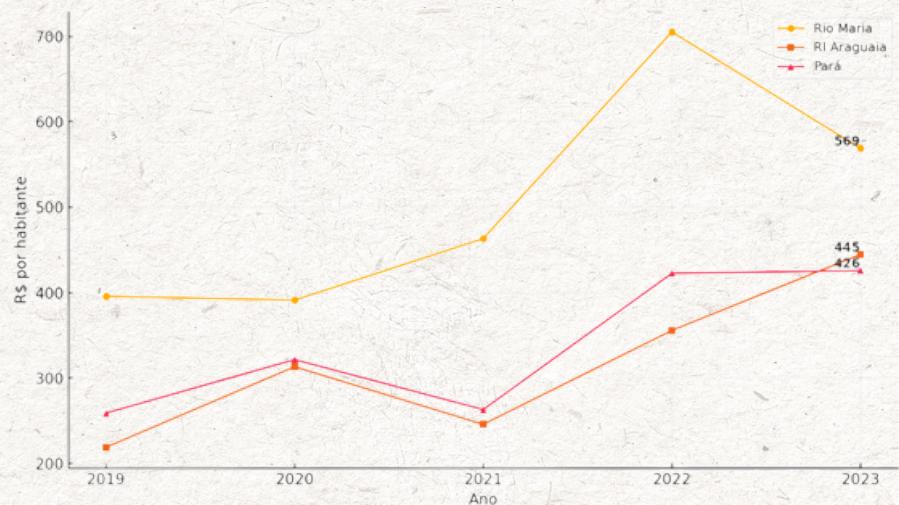
O município de Rio Maria manteve níveis relativamente altos de gastos per capita com prevenção de desastres durante o período analisado, iniciando com R\$ 397 em 2019 e encerrando 2023 com R\$ 569. O pico ocorreu em 2022, com R\$ 703 por habitante, indicando um forte investimento local nesse ano, possivelmente relacionado a eventos climáticos críticos, reforço de infraestrutura ou ações preventivas integradas. A queda em 2023 não compromete o patamar geral, que ainda permanece superior ao das demais esferas territoriais (Gráfico 24).

Na Região de Integração Araguaia, os gastos variaram ao longo do tempo, iniciando em R\$ 220 por habitante em 2019, caindo levemente em 2021 e, posteriormente, crescendo até atingir R\$ 445 em 2023. Esse comportamento demonstra uma tendência de fortalecimento dos investimentos em prevenção de desastres, especialmente nos anos mais recentes. Embora o nível de investimento ainda fique abaixo do município de Rio Maria, a trajetória ascendente sugere uma regionalização mais consciente da necessidade de mitigação de riscos (Gráfico 24).



O estado do Pará apresentou um padrão semelhante ao da RI, com evolução dos gastos ao longo dos anos, saindo de R\$ 263 por habitante em 2019 para R\$ 426 em 2023. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, possivelmente impulsionado por políticas estaduais de resposta a eventos extremos ou mudanças nas diretrizes de planejamento preventivo. Ainda que o valor absoluto seja inferior ao de Rio Maria, o comportamento crescente sinaliza uma preocupação progressiva com resiliência climática em nível estadual (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 569/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de Rio Maria apresentou um comportamento atípico no indicador de despesa per capita com preservação aquática, com um pico extraordinário em 2020, atingindo mais de R\$ 2.000 por habitante, muito acima dos demais anos e dos demais territórios. Esse valor sugere a execução de algum projeto pontual de grande escala ou destinação extraordinária de recursos para ações específicas naquele ano. Nos demais anos, os valores foram significativamente inferiores, variando entre R\$ 4 (2019) e R\$ 112 (2023), o que sugere

um retorno à média orçamentária usual (Gráfico 25).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento do indicador foi mais estável, embora modesto. As despesas passaram de R\$ 52 por habitante em 2019 para R\$ 24 em 2023, com um pico de R\$ 222 em 2020, que provavelmente reflete os mesmos efeitos de aportes extraordinários obser-

vados em Rio Maria.

A partir de 2021, os investimentos declinaram e se mantiveram em patamares baixos, o que indica que ações voltadas à preservação aquática ainda não são prioridade orçamentária na maior parte dos municípios da região (Gráfico 25).

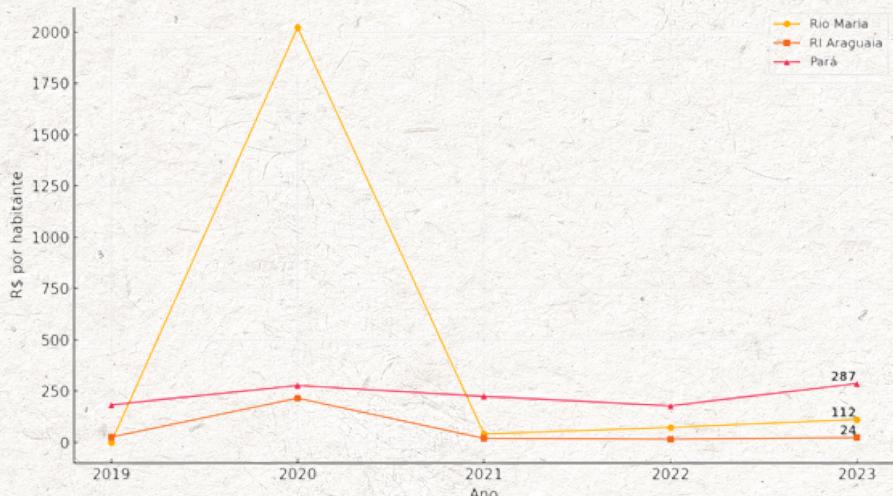
O estado do Pará apresentou valores mais consistentes e





progressivos, com leve crescimento entre 2019 (R\$ 193) e 2023 (R\$ 287), mesmo com uma oscilação em 2021 e 2022. Esse comportamento sugere uma abordagem mais contínua da política pública estadual em relação à preservação de ecossistemas aquáticos, possivelmente refletindo a importância estratégica de rios, bacias e corpos d'água para a biodiversidade e para os modos de vida locais. O aumento mais recente pode sinalizar um reforço nas ações ambientais frente aos desafios da sustentabilidade hídrica no estado (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 112/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Rio Maria, o percentual da área de floresta em relação à área total manteve-se praticamente estável durante o período, com valores muito baixos, variando levemente de 13,3% em 2019 para 12,9% em 2023. Esse patamar reduzido reflete a realidade de um território já amplamente desmatado ou convertido para usos agropecuários. A ausência de variações significativas ao longo dos anos indica que, apesar da estabilidade, não houve ações efetivas de reflorestamento ou recuperação de cobertura florestal nesse intervalo (Gráfico 26).

Na Região de Integração Araguaia, o percentual de área florestada apresentou uma tendência de queda até 2022, com forte recuo nesse ano, quando atingiu 25,5%. Contu-

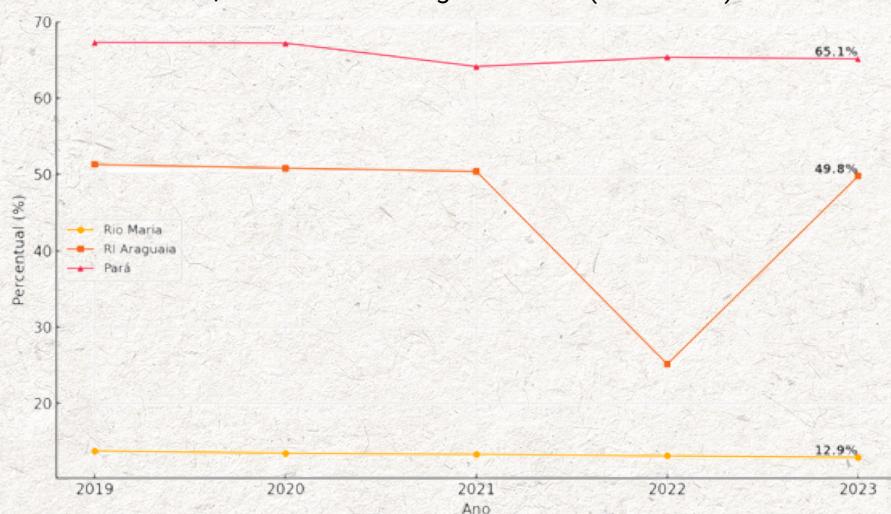
do, houve uma recuperação importante em 2023, com o índice retornando a 49,8%, patamar semelhante ao de 2019. Essa oscilação abrupta pode estar relacionada a revisões de metodologia de medição, correções cadastrais, ou até ações pontuais de recuperação ambiental, mas também pode indicar inconsistência nos dados. De toda forma, evi-

dencia a instabilidade da cobertura florestal regional (Gráfico 26).

No estado do Pará, o indicador permaneceu relativamente estável e elevado durante o período, com leve queda entre 2019 (67,6%) e 2021 (64,6%), seguida por uma discreta recuperação, chegando a 65,1% em 2023. Esse comportamento demonstra uma resiliência da cobertura florestal em nível estadual, sustentada principalmente pelas áreas protegidas e por regiões menos pressionadas pelo avanço do desmatamento. Ainda assim, a estabilidade não deve ser interpretada como ausência de pressão, mas sim como reflexo de políticas públicas e mecanismos de proteção ambiental com resultados positivos parciais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Rio Maria apresentou valores extremamente elevados de área desmatada em relação ao total do território ao longo de todo o período, mantendo-se estável em torno de 83,5% de 2019 a 2023. Esses números revelam um cenário de desmatamento consolidado e praticamente irreversível, evidenciando que a dinâmica econômica do município está historicamente associada ao uso extensivo do solo, com predominância de atividades agropecuárias e baixa presença de vegetação nativa preservada (Gráfico 27).

Na Região de Integração Araguaia, o percentual de área desmatada se manteve estável em torno de 39,4% até 2021, mas apresentou um salto preocupante em 2022, quando atingiu 62,2%.

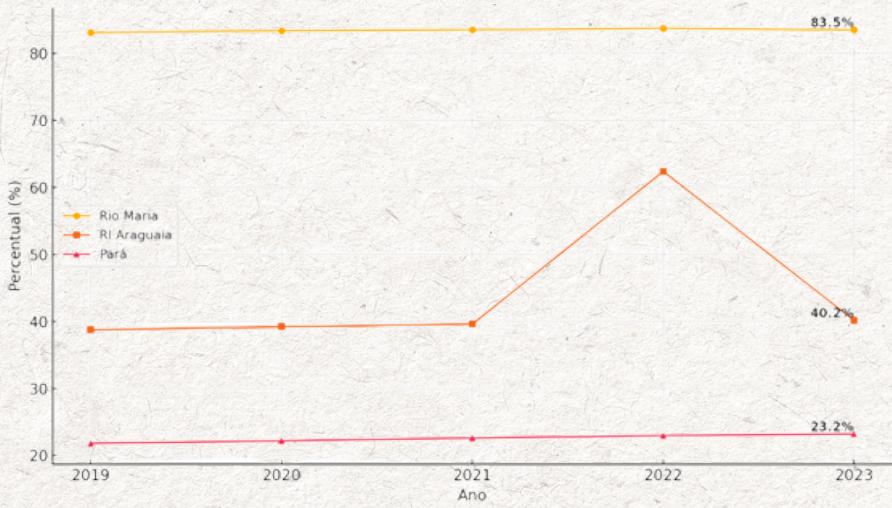
Em 2023, houve uma queda expressiva para 40,2%, retornando aos níveis anteriores. Essa oscilação pode ter relação com atualizações nos dados de sensoriamento remoto, aumento temporário da supressão vegetal, ou com alterações metodológicas de registro. Ainda assim, a elevação de 2022 pode ter sido reflexo de pressões produtivas ou fragilidade na fiscalização ambiental naquele ano (Gráfico 27).

O estado do Pará, por sua vez, manteve um percentual de área desmatada consideravelmente inferior aos demais níveis, variando discretamente de 21,5% em 2019 para 23,2% em 2023. Essa estabilidade relativa sugere a existência de ações de controle mais eficazes no nível estadual, com

papel importante desempenhado por unidades de conservação e territórios indígenas. No entanto, o aumento gradual, ainda que lento, alerta para a necessidade de reforço das estratégias de combate ao desmatamento, especialmente diante de pressões econômicas sobre novas fronteiras agrícolas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Rio Maria, a taxa de trabalho infantil oscilou, mas terminou o período em queda. Em 2019, havia 16,7 casos por 100 mil habitantes, índice que caiu para zero em 2020. No entanto, em 2021, houve uma alta pontual para 11,2, antes de retornar a zero em 2022 e 2023. Essa variação indica um cenário de controle relativo do trabalho infantil, com possíveis oscilações de notificação ou intervenções pontuais. O retorno à taxa zero nos dois últimos anos sugere melhora significativa nas políticas de proteção à infância ou em ações de fiscalização e educação (Gráfico 28).

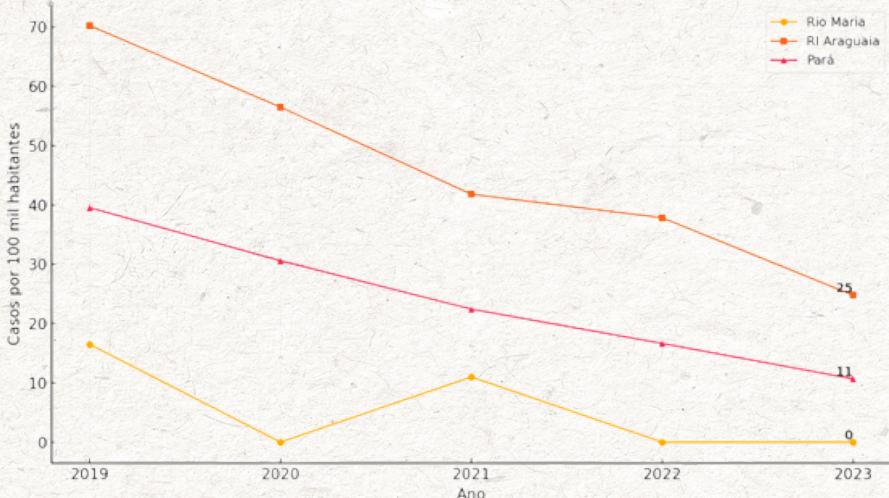


Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentou queda contínua ao longo dos anos, passando de 70,4 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 25,3 em 2023. Esse recuo expressivo representa um avanço importante, mesmo que o patamar ainda esteja acima da média estadual. A trajetória descendente pode estar relacionada a políticas regionais de combate à exploração do trabalho infantil, programas sociais mais eficazes ou maior atuação interinstitucional para garantir os direitos das crianças (Gráfico 28).



O estado do Pará também apresentou redução constante, saindo de 39,8 casos em 2019 para 11,1 em 2023. Esse comportamento revela uma tendência positiva no enfrentamento do trabalho infantil em nível estadual. O declínio ao longo dos cinco anos pode refletir o impacto de políticas públicas estruturadas, campanhas educativas e a ampliação do acesso à escola. Mesmo com essa melhora, os dados ainda sugerem a persistência do problema em certas áreas, especialmente nas regiões economicamente mais vulneráveis (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Rio Maria, a taxa de homicídios apresentou grande oscilação ao longo do período. O município iniciou com 44,4 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 33,4 em 2020 e disparou para 71,4 em 2021, o maior valor da série. Desde então, houve queda para 54,1 em 2022 e manutenção desse valor em 2023. Essa instabilidade pode estar relacionada a fatores locais como conflitos agrários, criminalidade organizada ou falhas pontuais na segurança pública, indicando um cenário de vulnerabilidade ainda presente (Gráfico 29).

Na Região de Integração Araguaia, a taxa também cresceu entre 2019 e 2021, passando de 39,2 para 53,8 homicídios por 100 mil habitantes. Após esse pico, o índice caiu para 42,1 em 2023, sinalizando uma possível contenção da violência. Apesar da redução recente, o nível ainda é elevado, refletindo desafios persistentes no enfrentamento da criminalidade na região, que podem incluir tráfico de drogas, disputas fundiárias e baixa presença estatal em áreas rurais (Gráfico 29).

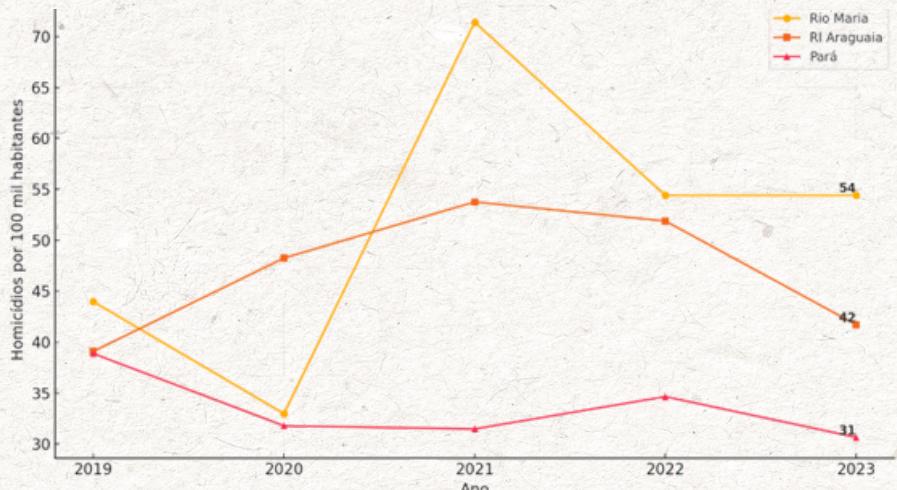
O estado do Pará manteve uma trajetória mais estável,

com leve queda entre 2019 (38,7) e 2021 (31,2), seguido por uma alta para 34,5 em 2022 e nova redução para 30,7 em 2023. Os dados mostram um cenário de relativa estabilidade, com tendência de queda a longo prazo, embora o nível ainda seja considerado preocupante em termos nacionais. A variação modesta sugere que políticas estaduais de segurança têm surtido algum efeito, mas que ainda há necessidade de reforço em prevenção, investigação e presença policial em territórios de risco (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Rio Maria apresentou variações significativas no percentual do PIB comprometido com o gasto público municipal. O indicador começou em 14,4% em 2018, registrando queda até 2020 (12,6%), seguida de uma alta expressiva para 15,3% em 2021. Em 2022, observou-se uma leve redução para 13,8%, ainda acima do patamar de 2020. Essas oscilações sugerem que o município enfrentou ajustes fiscais ou variações no volume de receitas e despesas em relação ao seu PIB local, possivelmente afetado por fatores externos como pandemia e mudanças na arrecadação (Gráfico 30).

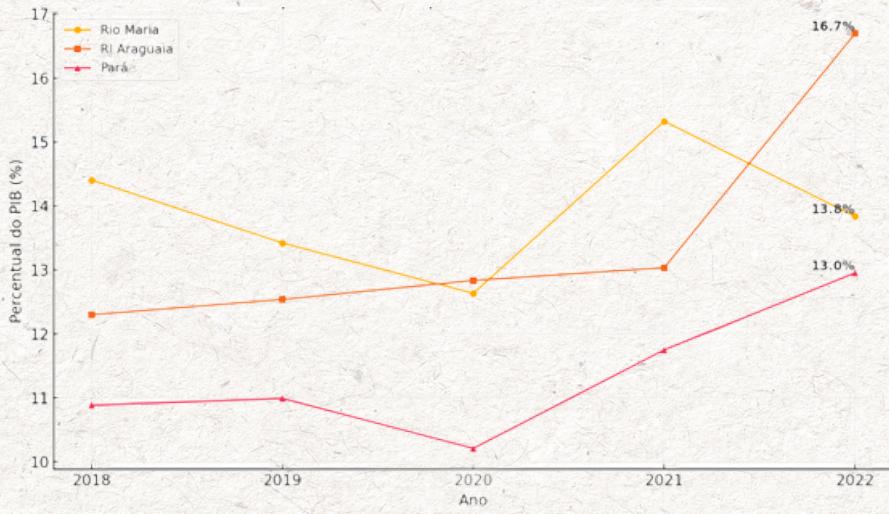
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

A Região de Integração Araguaia manteve uma trajetória mais estável até 2021, com crescimento gradual do percentual – de 12,3% em 2018 para 13% em 2021 – mas com um salto abrupto em 2022, atingindo 16,7%. Esse crescimento pode estar associado a uma intensificação dos investimentos públicos ou aumento das transferências intergovernamentais para os municípios da região. O comportamento indica que, em 2022, o gasto público ganhou maior protagonismo na dinâmica econômica regional, superando inclusive os níveis de Rio Maria (Gráfico 30).

No estado do Pará, o percentual do PIB destinado ao

gasto público municipal também apresentou crescimento ao longo do período, embora de forma mais contida. O índice oscilou entre 10,9% (2018) e 11% (2019), sofreu recuo em 2020 (10,2%) e, posteriormente, cresceu até alcançar 13% em 2022. Esse movimento revela uma tendência de ampliação da participação do setor público municipal na economia estadual, refletindo esforços para estimular a economia local, expandir serviços públicos ou responder a demandas emergenciais, como as decorrentes da crise sanitária (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2021, o município de Rio Maria apresentou avanços significativos na taxa de acesso à banda larga fixa, saindo de 8,2 para 11,6 pontos por 100 habitantes. Esse crescimento inicial indica um esforço de ampliação da infraestrutura de conectividade, possivelmente impulsionado por demandas educacionais e profissionais intensificadas no contexto da pandemia. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma queda acentuada, chegando a apenas 3,0 pontos por 100 habitantes em 2023, o que representa uma retração abrupta e preocupante. Essa reversão pode refletir descontinuidade de investimentos, problemas operacionais ou migração para outras tecnologias de acesso (Gráfico 31).

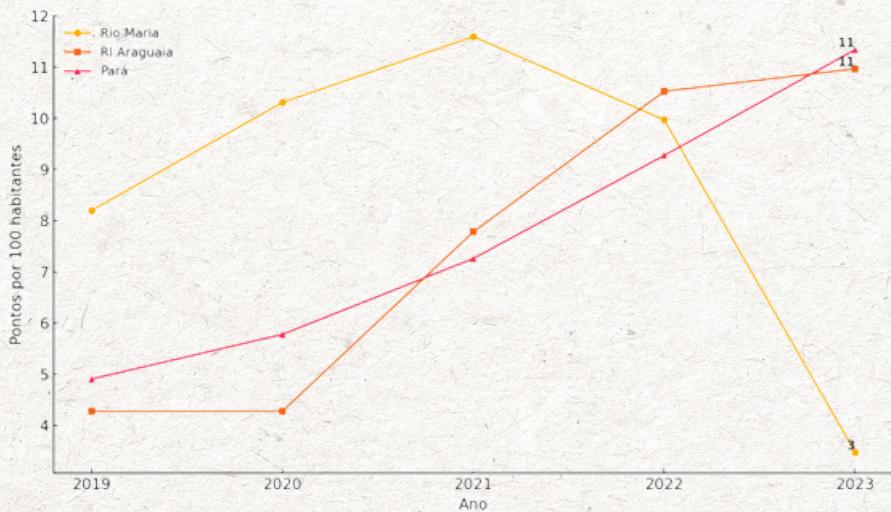
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento da taxa de banda larga fixa foi constante ao longo de todo o período, partindo de 4,3 em 2019 e alcançando 10,9 em 2023. A estabilidade e consistência na trajetória de expansão indicam um processo contínuo de melhoria no acesso à internet, com inclusão digital progressiva. Isso evidencia um esforço regional coordenado para universalizar a conectividade, o que pode estar associado a políticas públicas, incentivos fiscais ou entrada de novos provedores privados no mercado local (Gráfico 31).

Em nível estadual, o Pará também apresentou evolução positiva e sustentada, com a taxa passando de 4,9 pontos em 2019 para 11,0 em 2023.

O crescimento foi linear e gradual, refletindo investimentos estruturais na rede de comunicação em diversas regiões do estado. Esse avanço revela uma política estadual que tem priorizado a conectividade como vetor de desenvolvimento social e econômico. A convergência dos dados do Pará com os da RI Araguaia ao final do período reforça uma tendência de homogeneização do acesso, enquanto o recuo específico de Rio Maria em 2023 merece atenção e investigação mais aprofundada (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



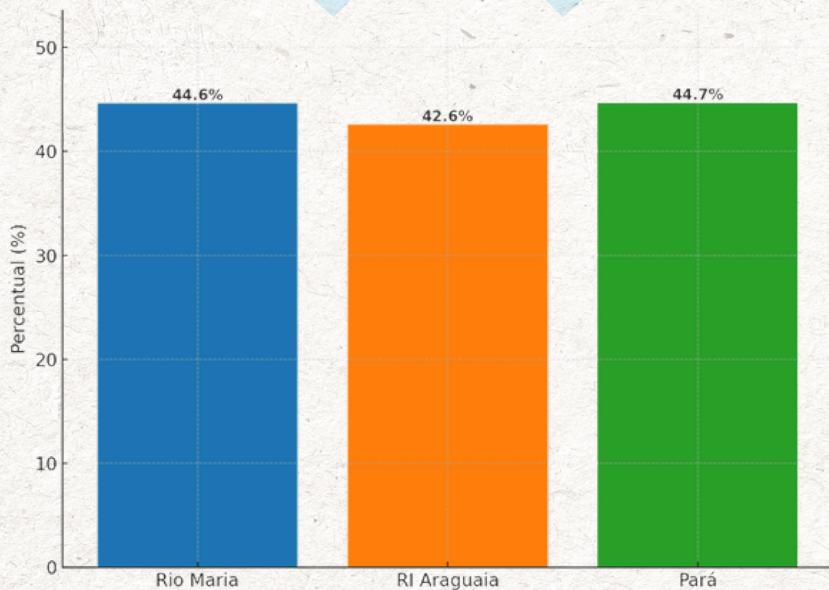
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Rio Maria** registrou um IDS de **44,6%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Rio Maria x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



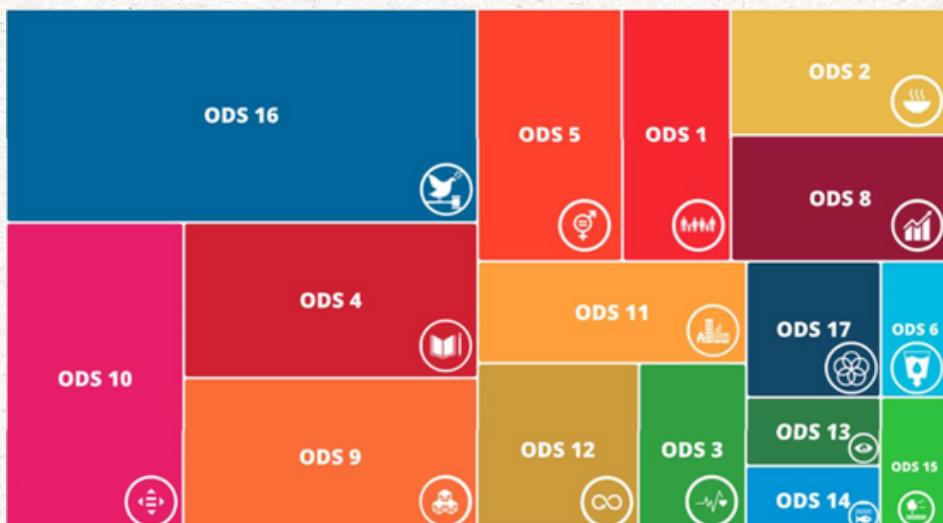
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vici-

nais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

